

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

ORGÃO : Município de Malhador/SE.

TIPO DE LICITAÇÃO : Menor Preço Global.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL : Lei nº 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93, atualizada.

Lei Complementar n° 123/06, e

Lei Municipal n° 343 de 21 de junho de 2010. Prédio da Prefeitura – Setor de Licitação.

LOCAL : Prédio da Prefe TELEFONE/FAX : (79) 3442.1252

E-MAIL : licitacaomalhador@gmail.com

O MUNICÍPIO DE MALHADOR, através do seu Pregoeiro designado pela Portaria n° 43 de 22 de abril de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 que é subsidiada pela Lei n° 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, observada a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal n° 343 de 21 de junho de 2010. Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação deverão ser entregues na sessão pública que será realizada às **09hs00min do dia 19 de agosto de 2015**, na Prefeitura Municipal de Malhador, Setor de Licitação, obedecidas as condições e exigências que se seguem.

O presente Edital encontra-se à disposição para consulta dos interessados na Prefeitura Municipal de Malhador, Setor de Licitação, no horário das 07h00min as 13h00min, onde poderá ser adquirido.

O Edital poderá ser adquirido, também, através de e-mail. Para receber o edital por e-mail o interessado deve entrar em contato com a Pregoeira através do telefone (79) 3442.1252 ou do e-mail licitacaomalhador@gmail.com

1.0 - OBJETO

1.1 – Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

2.0 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, que no dia, hora e local designados para a realização do Pregão se fizerem representar na forma do Item 3.0 deste Edital.
- 2.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



- 2.3 A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:
- 2.3.1 Declaração de Enquadramento da ME/EPP ou Certidão Simplificada, ambas expedidas pela Junta Comercial do seu domicílio, devidamente certificada e assinada, em que se comprove que a empresa participante está registrada naquele órgão como ME ou EPP, emitida no corrente exercício.
- 2.3.2 Declaração de Cumprimento a LC n° 123, de 14 de dezembro de 2006, nos moldes do Anexo III;
- 2.4 A documentação exigida no item anterior deve ser apresentada na fase de credenciamento.
- 2.5 As microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem nem a Declaração de Enquadramento da ME/EPP nem a Certidão Simplificada estabelecidas no item 2.3.1 deste Edital, no envelope credencial, estarão abrindo mão do tratamento diferenciado lhes concedido pela Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006.
- 2.6 Não será admitida a participação na presente licitação de empresas que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:
- 2.6.1 em processo de falência, sob concurso de credores; recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou liquidação;
- 2.6.2 reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.6.3 estrangeiras que não funcionem no Brasil;
- 2.6.4 que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- 2.6.5 que tenham como sócios servidores públicos do Município de Malhador/SE.

3.0 - CREDENCIAMENTO

- 3.1 Antes da abertura dos envelopes de propostas, ocorrerá a fase de credenciamento, onde serão vistos e identificados os representantes de cada licitante.
- 3.1.1 Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste Edital, não serão mais aceitos novos participantes no certame a não ser que as licitantes que se apresentaram no horário marcado concordem com a participação daquela que está se apresentando fora do horário estabelecido neste edital. No caso de apenas uma licitante ter comparecido na hora marcada, caberá a Pregoeira decidir sobre a permanência ou não da licitante atrasada na sessão.
- 3.2 Somente poderão participar da fase de lances verbais desta licitação as empresas que atendendo as condições estabelecidas no item 2.0, no dia, hora e local da realização do Pregão, se fizerem representar por pessoa com poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão comprovados tais poderes da seguinte forma:



- 3.2.1 Se proprietário ou sócio: através do contrato social, do cartão do CNPJ e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto);
- 3.2.2 Se por outra pessoa: mediante apresentação de instrumento público ou particular de procuração (Art. 653, do Código Civil), com firma reconhecida em Cartório, conferindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preço e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renúncia ao direito de interpor e desistir de recursos, acompanhada do ato de investidura de quem a firmou, do cartão do CNPJ e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).
- 3.2.3 O Representante poderá credenciar-se também apresentando Carta de Representação com firma reconhecida em Cartório, confeccionada conforme modelo do Anexo IV deste Edital, acompanhada do Contrato Social, do cartão do CNPJ e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).
- 3.3 Os documentos referidos nos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 deverão ser apresentados em separado dos envelopes proposta e habilitação, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, e em forma de cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as cópias farão, posteriormente, parte dos autos.
- 3.4 O representante da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro(a) ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Habilitação" relativos a este Pregão, sendo mantido, porém, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.5 Não será permitido um mesmo representante para mais de uma empresa.

4.0 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 4.1 As propostas deverão ser confeccionadas e impressas no papel timbrado da licitante, datadas com a data prevista para abertura da licitação, carimbadas e assinadas pelo sócio ou proprietário da empresa.
- 4.1.1 Caso a proposta seja assinada por pessoa que não faça parte do Contrato Social, a mesma deverá comprovar ter poderes para assinar a proposta, através de procuração pública ou particular, com firma reconhecida em Cartório.
- 4.2 Não serão aceitas propostas opcionais ou condicionais, devendo o licitante ofertar o preço unitário e total em algarismo e por extenso, na moeda corrente do país, sendo desconsideradas as propostas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência do presente Edital e seus Anexos.
- 4.3 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, em original ou cópias autenticadas em cartório inclusive no verso de parte integrante do documento ou cópias acompanhados do original para serem autenticadas por Servidor da Administração ou publicação na Imprensa Oficial.



4.4 – Os documentos para credenciamento do representante, as propostas e os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em três envelopes separados, lacrados e rubricados em suas extremidades, subscritos da seguinte forma:

PREGÃO Nº 13/2015

CREDENCIAL

LICITANTE:

PREGÃO Nº13/2015

ENVELOPE 01

PROPOSTA LICITANTE: PREGÃO Nº 13/2015

ENVELOPE 02

HABILITAÇÃO LICITANTE:

5.0 - ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1 – Os envelopes deverão ser entregues lacrados, na sessão pública que será realizada na Prefeitura Municipal de Malhador/SE, Setor de Licitação, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital.

6.0 - PROPOSTA

- 6.1. A proposta de preço deverá ser elaborada de acordo com a planilha de especificações e quantitativos com os respectivos preços unitário e total para o item constante do **Anexo II -** Modelo de Proposta de Preços.
- 6.1.2 Possuir prazo de validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da abertura do certame.
- 6.1.3 Informar Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, telefone e celular do representante da empresa.
- 6.1.4 Conter informação expressa de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos deste Edital e seus Anexos.
- 6.1.5 Conter declaração expressa de que o preço proposto é definitivo e nele estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, fretes, seguro, etc., e quaisquer outras despesas, inclusive lucro, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.0 - ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.
- 7.2 Não serão aceitas propostas que apresentarem preço unitário ou global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- 7.3 A Pregoeira poderá solicitar pareceres de técnicos do quadro de pessoal do Município de Malhador ou de outros profissionais ou de empresas para embasar suas decisões.



8.0 - DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Serão desclassificadas:
- 8.1.1 As propostas que não atendam as exigências deste Edital e de seus Anexos;
- 8.1.2 As propostas com preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- 8.1.3 Serão considerados excessivos os preços muito acima dos praticados pelo Mercado, apurados mediante pesquisa de preço feita pelo Setor de Compras deste Município e inexequíveis aqueles que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 8.1.4 Na análise das propostas, havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, a Pregoeira fixará o prazo de 24hs (vinte e quatro horas) para que as licitantes que ofertaram preços com indícios de inexequibilidade apresentem suas planilhas de composição dos preços unitários para fins de comprovação da viabilidade de seus preços.
- 8.1.5 A não comprovação da exequibilidade dos preços ou a não apresentação das planilhas de composição dos preços unitários estabelecida no item anterior dentro do prazo estabelecido será motivo para desclassificação das propostas relativas aos itens com preços considerados inexequíveis.
- 8.2 No caso de todas as propostas serem desclassificadas a Pregoeira poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas dos defeitos motivadores de sua desclassificação, nos termos do art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.0 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo as condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, além do disposto no Art. 45, inciso I, da Lei n.º 8.666/93:
- 9.2 Ocorrendo empate nos preços ofertados por duas ou mais licitantes a Pregoeira procederá da seguinte forma:
- 9.2.1 Havendo microempresas ou empresas de pequeno porte entre as licitantes empatadas, esta terá a preferência de contratação, de acordo com o Art. 44, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.2.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada;
- 9.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 9.2.4 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.2.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nas hipóteses dos itens 9.2.1 e 9.2.2 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito:



- 9.2.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.2.2 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 9.2.6 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4 e, 9.2.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 9.2.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada, pela Pregoeira, para apresentar verbalmente nova proposta no prazo máximo de 05:00 min (cinco minutos), após o encerramento dos lances, sob pena de decadência, que deverá ser entregue impressa, carimbada e assinada em papel timbrado da empresa, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da comunicação do resultado lavrado em Ata;
- 9.2.8 O disposto nos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 somente se aplicarão quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.2.2 deste edital.
- 9.3 Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, cumprido o disposto no Art. 3°, §2°, incisos I, II e III da Lei Federal n° 8.666/93, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2° do mesmo Diploma Legal.

10.0 - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- 10.1 A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital e desenvolver-se-á da seguinte forma:
- 10.1.1 Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 3.0 deste edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.
- 10.1.2 Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas e solicitada a entrega da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação conforme Anexo VI e dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do item 5.0.
- 10.1.3 Na sequência serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços e analisadas todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.
- 10.1.4 Prosseguindo, serão selecionadas a proposta que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL** e as demais cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço. Não havendo pelo menos 03(três) propostas nestas condições, serão selecionadas as demais até o número máximo de 03(três), quaisquer que sejam os preços ofertados.
- 10.1.5 Na sequência será dado início a fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:



- 10.1.5.1 As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, com vista a obtenção da melhor oferta;
- 10.1.5.2 A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a següência dos lances ulteriores.
- 10.1.5.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante da fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.
- 10.1.5.4 A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.
- 10.1.6 Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.
- 10.1.7 Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante documentação contida no envelope 02 Habilitação.
- 10.1.8 Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo serviço do Pregão.
- 10.1.9 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subsequentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.
- 10.1.10 Caso a proposta não seja aceitável ou não haja oferta de lances verbais, ou mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão da Pregoeira, em qualquer dos casos, quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito a Pregoeira negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele ofertado.
- 10.1.11 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pela Pregoeira e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.
- 10.1.12 A adjudicação do objeto obedecerá a estrita ordem de classificação e será praticada pela Pregoeira na própria ata de reunião.
- 10.1.13 A(s) empresa(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer, no prazo de 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão pública de realização do pregão, Proposta Reformulada, com os preços unitários e totais resultantes da redução dos preços.
- 10.1.14 A Pregoeira poderá suspender a sessão para análise das propostas ou dos documentos de habilitação e/ou diligências que julgar necessário, fazendo constar na ata o motivo da suspensão da sessão.

11.0 - HABILITAÇÃO



11.1 - Para habilitação na presente licitação, as licitantes apresentarão documentação relativa a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, conforme abaixo:

11.2 – Habilitação Jurídica:

- 11.2.1 RG ou documento similar com foto do(s) responsável(is) Legal(is) da Empresa;
- 11.2.2 Registro comercial no caso de empresa individual;
- 11.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com todas as suas alterações ou sua consolidação, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
- 11.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 11.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 11.3.2 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão unificada expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os relativos a Seguridade Social INSS (PORTARIA PGFN/RFB N° 1.751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014);
 - 11.3.3.1 Em relação ao cumprimento do disposto no subitem 11.3.3, as empresas que apresentarem as certidões negativas de débitos quanto aos tributos federais e regularidade relativa à seguridade social (INSS) separadas, porém ambas válidas para data de abertura deste certame, serão aceitas pelo Pregoeiro.
- 11.3.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;
- 11.3.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicilio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.3.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (CRF);
- 11.3.7 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 11.4 Para àquelas certidões que não contiverem prazo de validade em seu corpo a Pregoeira considerará o prazo de validade de 30 (trinta) dias contando-se da data de sua emissão.



- 11.5 As microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação deverão apresentar no dia e hora indicados no preâmbulo, toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restricão.
- 11.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, as microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme disposto no Art. 43, §1°, da Lei Complementar n°123, de 14 de dezembro de 2006.
- 11.7 A não regularização da documentação, dentro do prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.8 O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, somente é aplicável no que concerne aos documentos relativos a Regularidade Fiscal, conforme previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Art. 29, inciso I a IV da Lei 8.666/93. O tratamento diferenciado não é aplicável a Habilitação Jurídica, Regularidade Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

11.9 – Qualificação Técnica:

- **11.9.1 -** Certidão de Registro e Quitação da Anuidade da empresa licitante e do(s) responsável (eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA na unidade da federação da sede da empresa.
- **11.9.2** Possuir a empresa licitante comprovação em seu quadro técnico permanente, na data prevista para a realização da licitação, profissional de nível superior, **com formação em engenharia civil.**
- 11.9.3 Os profissionais indicados nos itens 11.9.1 e 11.9.2 deverão comprovar que são do quadro permanente da empresa, através da cópia autenticada da CTPS ou ficha funcional, ou do livro de registro de empregados, ou contrato social, contrato ou termo de prestação de serviço, ou ata de eleição da diretoria que comprove que o responsável técnico tem vínculo com a empresa. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA devidamente atualizada, observando a Lei no 5.194/66 e Resolução CONFEA no 336/89.
- a) Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnico profissional, de que trata do inciso I, § 1°, artigo 30, da Lei n° 8.666/93, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela administração.
- **11.9.4** Anexar a(s) declaração(ões) individual (is), por escrito do(s) profissional (ais) apresentado(s), autorizando sua(s) inclusão(oes) na equipe técnica, e que ira (ao) participar na execução dos trabalhos.
- **11.9.5** Comprovação de a empresa licitante ter executado, a qualquer tempo, serviços e quantidades de obras similares, compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão e/ou atestado, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.



- 11.9.6 Declaração fornecida pela Secretaria de Infraestrutura, de que o responsável técnico, munido de Certidão de Registro e Quitação do CREA em Original ou Cópia Autenticada, visitou em companhia de preposto da referida Secretaria, os locais dos serviços constatando as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, objeto da licitação, na data marcada pela Secretaria de Infraestrutura, qual seja: até o último dia útil anterior a abertura do certame.
- **11.9.6.1** A declaração de visita técnica dos locais a serem previamente vistoriados só poderá ser entregue ao responsável técnico da empresa (engenheiro civil), credenciado mediante a apresentação de procuração, caso seja por instrumento particular e/ou contrato social ou documento equivalente no caso de ser diretor ou sócio da empresa licitante.
- **11.9.7** Declaração do responsável técnico, se comprometendo a executar o objeto deste edital, na conformidade do alí exigido.
- **11.9.8** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

11.10 - Qualificação Econômico-Financeira:

11.10.1 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou através da internet.

11.11 - Outros Elementos:

- 11.11.1 Declaração de Comprometimento nos moldes do Anexo II.
- 11.12 A falta de qualquer dos documentos exigidos neste edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, exceto nos casos estabelecidos no item 11.6 deste edital.
- 11.13 No caso de todas as licitantes serem inabilitadas a Pregoeira poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada dos defeitos motivadores de sua inabilitação, com base legal no art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.0 - IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL

- 12.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- 12.1.1 Caberá o Pregoeiro decidir, no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Art. 41, §1° da Lei n° 8.666/93, sobre a impugnação interposta. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 12.1.2 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



- 12.2 As impugnações ao edital devem ser formuladas por escrito, impressas no papel timbrado da licitante, carimbadas e assinadas pelo Representante Legal da Empresa e protocoladas no Setor de Licitação impressas e em meio magnético para fins de alimentação do SISAP. Deve, ainda, ser anexado à impugnação cópia do contrato social da empresa, RG e CPF do sócio se interposta pelo sócio e se interposta pelo Procurador, procuração com firma reconhecida em Cartório, contrato social, RG e CPF do Procurador da Licitante.
- 12.3 Os pedidos de esclarecimentos devem ser formulados por escrito, impressos no papel timbrado da licitante, carimbados e assinados pelo Representante Legal da Empresa e encaminhados ao Pregoeiro via fax ou através do email licitacaomalhador@gmail.com até 02 (dois) dias úteis da data designada para realização do Pregão.

13.0 - RECURSOS

- 13.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, devendo a Pregoeira adjudicar o objeto à vencedora.
- 13.1.2 Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos termos do Art. 109, §5°, Lei n° 8.666/93.
- 13.1.3 O recurso não terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento:
- 13.1.4 Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Licitação, das 08hs00min às 12hs00min, dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da Pregoeira e observarão:
- 13.1.4.1 quanto a sua interposição, o prazo de 03(três) dias, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata:
- 13.1.4.2 a forma escrita, com a assinatura do representante legal da licitante;
- 13.1.4.3 o arquivo contendo o texto em meio magnético para fins de alimentação do SISAP/TCE;
- 13.1.4.4 a legitimidade e o interesse recursais;
- 13.1.4.5 a fundamentação.
- 13.1.5 Findo o prazo para contra-razões o Pregoeiro analisará o(s) recurso(s), instruirá o processo e o encaminhará ao Prefeito Municipal dentro do prazo de 03(três) dias. A Prefeita Municipal terá o prazo de 03(três) dias para decidir sobre o recurso. Proferida a decisão será informada a(s) licitante(s) recorrente(s).

14.0 – HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O Pregoeiro após proceder ao julgamento e adjudicação da presente licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Senhor Prefeito com vistas à homologação.



14.2 - A decisão do Pregoeiro somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Senhor Prefeito.

15.0 - ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

- 15.1 Por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- 15.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93;
- 15.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.0 – CONTRATO

- 16.1 A Administração convocará a(s) Licitante(s) Vencedora(as) para assinatura do contrato, devendo a(s) mesma(s) comparecer(em) a Prefeitura Municipal no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis do recebimento da convocação, sob pena de decair à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 16.1.1 Caso a adjudicatária se recuse a assinar o contrato, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para prestarem o serviço objeto do contratado, facultado o(a) Pregoeiro(a) negociar diretamente com as licitantes a fim de obter uma melhor oferta.
- 16.1.2 Caso a Adjudicatária seja microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja proposta tenha sido classificada por força dos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, que tenham ofertado preço igual ou até 5%(cinco por cento) superior àquela classificada em primeiro lugar, na ordem de classificação, para fornecerem o objeto contratado, nas mesmas condições contratuais, inclusive quanto ao preço, conforme disposto no 45, II do mesmo Diploma Legal.
- 16.2 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo que justifique a prorrogação, aceito pela Administração.
- 16.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo acima mencionado caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo VIII deste Edital.
- 16.4 Decorridos 60(sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as adjudicatárias liberadas dos compromissos assumidos.
- 16.5 Considera-se como parte integrante do Contrato, a Proposta Vencedora e seus Anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório.

17.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



- 17.1 As sanções administrativas são:
- 17.1.1 advertência:
- 17.1.2 multa;
- 17.1.3 suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 17.1.4 declaração de inidoneidade.
- 17.2 As sanções administrativas serão aplicadas conforme estabelecido na Minuta de Contrato (Anexo VIII).
- 17.3 Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

18.0 - PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 - O contrato terá vigência de 03 (meses), a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) messes, conforme artigo 57, Il da Lei 8.666/93.

19.0 - PAGAMENTO

- 19.1 O pagamento será efetuado quando da efetiva realização dos serviços mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 19.1.1 Ordem(ns)de Servico;
 - 19.1.2 Nota(s) Fiscal(is) correspondente à(s) Ordem(ns) de Serviço, atestada e liquidada pela Prefeitura;
 - 19.1.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o INSS e o FGTS;
- 19.2 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município de Malhador efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria da Prefeitura.
- 19.3 A Prefeitura se reserva o direito de condicionar o pagamento à aprovação da qualidade técnica dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Anexo I Termo de Referência.
- 19.4 O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.
- 19.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso se encontre em situação irregular perante a Fazenda Pública ou em mora com suas obrigações contratuais.

20.0 - FONTE DE RECURSOS

20.1 – Os pagamentos serão efetuados com os seguintes recursos financeiros: 3390.39.00.115 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica / 000 – Ordinários Não Vinculados

21.0 - REAJUSTE DE PREÇO

21.1 – Não haverá reajuste de preço.



22.0 - ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

- 22.1 No interesse da Administração, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25%(vinte e cinco por cento), nos temos do Art. 65, §§1º e 2º, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 22.2 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite estabelecido.
- 22.3 As supressões acima do limite estabelecido, só poderão ser efetuadas mediante acordo celebrado entre as partes, conforme preceitua o Art. 65, §2°, II, da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.

23.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1 Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do Termo de Contrato e retirada da Nota de Empenho, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 23.2 A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Pregão, inclusive dos seus anexos, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 23.3 Será facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.
- 23.4 O Pregoeiro prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, sobre o Edital e seus Anexos, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 12h00min, na Prefeitura Municipal de Malhador, ou pelos telefones indicados no preâmbulo deste Edital.
- 23.4.1 Se a licitante desejar tirar dúvidas sobre o edital pessoalmente com a Pregoeira, deve agendar previamente visita à Prefeitura, através dos telefones indicados no topo.
- 23.5 Não havendo expediente no dia marcado para a abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local.
- 23.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira com base na legislação pertinente.
- 23.7 Constitui anexos deste edital: I Termo de Referência; II Modelo de Declaração de Comprometimento; III Modelo de Declaração de Cumprimento à LC 123/2006; IV Modelo de Carta de Representação; V Modelo de Proposta; VI Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e VII Modelo de Declaração de Inexistência de Empregados Menores e VIII Minuta de Contrato.



23.8 - O Aviso do presente Pregão encontra-se afixado, para conhecimento público, no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Malhador/SE e publicado nos jornais: Diário Oficial do Município, Jornal da Cidade e no site www.tce.se.gov.br

Malhador (SE), 06 de agosto de 2015.

Marcelo do Carmo Matos Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e a descrição abaixo, devendo contemplar todos os elementos necessários e suficientes à completa execução.
 - Locação e levantamento planialtimétrico da rede coletora de esgotamento sanitário;
 - Ordem de serviço e croqui de amarração de PV's;
- 1.2. O valor global contratado inclui a elaboração das ordens de serviços de toda a rede a ser executada com os respectivos memoriais de cálculo, e plantas em meio físico e digital e todas as demais despesas decorrentes desses serviços, incluindo equipe de topografia para a locação e nivelamento da rede além aprovação de projeto e emissão de Alvará na Prefeitura do Município de Malhador/SE.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O município possui convênio com a FUNASA para execução do Sistema de Esgotamento Sanitário do município, porém o projeto básico que o município possui não contempla as ordens de serviços de cada trecho da rede de esgoto, por esse motivo existe a necessidade do município em contratar uma empresa qualificada para elaboração de tais peças técnicas que iram viabilizar a execução e fiscalização de toda a rede de esgoto.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

As especificações do objeto da contratação são aquelas descritas no SEÇÃO I deste Termo de Referência.

4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de O.S. (Ordem de Serviços) do projeto básico deverão ser realizados e concluídos dentro do prazo limite estabelecido no quadro abaixo, contados do primeiro dia útil subsequente à emissão da ordem de serviço.

Item	Prazo
Serviço de inspeção de campo com	5 dias
definição da rede, PV e interferências	
Digitalização da topográfica e geração	25 dias
das OS com croquis	



SEÇÃO I ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. LOCAL DE INTERVENÇÃO

- 1.1. O local contemplado no projeto é todo o perímetro urbano da cidade de Malhador comtemplado no projeto que será disponibilizado pela prefeitura.
- 1.2. Para subsidiar a execução dos serviços contratados, a Contratada deverá fazer todo o levantamento planialtimétrico semi-cadastral da área comtemplada pelo sistema.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS

O projeto deverá ser elaborado de acordo com as normas brasileiras da ABNT. A contratada deverá apresentar, além das plantas com as informações necessárias para a execução da rede de esgoto, as cadernetas de cada trecho no padrão adotado pela DESO (Companhia de Esgoto do Estado de Sergipe).

Todos os custos com deslocamento, alimentação, material, topografia e despesas fiscais deverá estar incluído no preço unitário.

2.1. SUBCONTRATAÇÃO

- A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.
- A Contratada poderá subcontratar parte dos serviços, como levantamento topográfico, desde que a subcontratação seja aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.
- Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3. NORMAS DE EXECUÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 3.1. Em todos os serviços e projetos deve ser empregada a respectiva terminologia e simbologia técnica. Sempre que houver norma técnica da ABNT estabelecendo simbologia e/ou convenções, estas devem ser utilizadas e indicadas através de legendas, notas e glossário apostas no caderno de encargos (completas) e plotadas nas plantas (no mínimo as utilizadas).
- 3.2. Todas as medidas e quantidades de serviços a serem executados serão, obrigatoriamente, conferidas pela contratada, correndo por sua exclusiva responsabilidade a aferição das mesmas.
- 3.3. Para assegurar a uniformidade, homogeneidade e qualidade visual, os elementos gráficos serão padronizados no que se refere ao formato das folhas de desenho, normas de escrita e simbologia, devendo ser observadas as determinação da ABNT a respeito.
- 3.4. As plantas serão plotadas em papel sulfite, com legendas e cotas plotadas, não sendo admitidas rasuras ou emendas. Deverão ser fornecidas 2 cópias.



- 3.5. Todas as plantas deverão conter as informações relativas à contratada, ao autor do projeto, informações das escalas utilizadas e a data da elaboração, devendo, ainda, ser deixado espaço para registro futuro de revisões, alterações etc.
- 3.6. Os demais documentos serão apresentados, cada um deles, em dois jogos impressos em tamanho A4, encadernados.
- 3.7. Caberá à contratada promover as alterações e complementações dos projetos e demais serviços objeto deste termo de referência, sempre que nestes forem constatados insuficiência técnica, erros e incorreções, correndo os seus custos, por conta exclusiva do Contratado.
- 3.8. A Contratante poderá exigir o desenvolvimento de todos os detalhes que julgar convenientes para a perfeita caracterização do projeto.
- 3.9. Tanto os desenhos como as especificações de cada um dos projetos complementares, deverão ser perfeitamente compatibilizados com aqueles correspondentes aos demais projetos.

4. FISCALIZAÇÃO

- 4.1. Atividade exercida de modo sistemático pelo Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- 4.2. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:
- 4.2.1. O Contratante manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.
- 4.2.2. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- 4.2.3. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.
- 4.2.5. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
- 4.2.6. As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1. PLANO DE EXECUÇÃO



No prazo máximo de 02 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, o Contratado receberá a ordem de início dos serviços emitida pela contratante e a partir da data deste documento o prazo de execução seguirá o cronograma apresentado anteriormente.

5.2. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Na data da reunião especificada no item anterior, o Contratado deverá entregar formalmente à Seção de Engenharia, cópia autenticada do comprovante de recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente ao objeto contratado e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6496/77, recolhida pelos Responsáveis Técnicos pela empresa, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arguitetura e Agronomia – CREA.

5.3. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

É condição para o Recebimento do objeto pelo Contratante, que o Contratado apresente uma declaração de cessão de direitos patrimoniais sobre os projetos em epígrafe ao Contratante, juntamente com a solicitação do Recebimento Provisório do objeto contratado.

5.4. APROVAÇÃO DE PROJETO

Caberá à CONTRATADA obter a aprovação do projeto perante a Prefeitura Municipal de Malhador, sendo responsável por todas as taxas decorrentes da solicitação. Tal aprovação é documento necessário à emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos servicos. A CONTRATADA também será a responsável pelo processo.

6. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 6.1. A Contratada deverá manter sigilo de todas as informações e demais subsídios fornecidos pela Contratante para a execução dos serviços, ficando proibida de veicular publicidade acerca dos serviços contratados sem autorização expressa da Contratante.
- 6.2. A Contratada é responsável por qualquer dano causado a quaisquer materiais, objeto deste Termo de referência, assim como ao entorno ou acabamentos da área de abrangência do projeto, devendo realizar a devida reposição, como condicionante para emissão dos Termos de Recebimento Parciais e Definitivos.
- 6.3. Os preços ofertados são fixos e irreajustáveis e devem abranger todos os custos diretos e indiretos para a realização dos serviços, inclusive tributos, despesas com cópias, reproduções gráficas, etc.



SEÇÃO II

VALOR MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Valor unitário (R\$/m linear de rede)	Valor Total Estimado (R\$)
Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para a elaboração de projeto complementar do sistema de esgotamento sanitário do município de malhador/se (ordem de serviços de execução das redes de esgoto projetadas). 1 Locação e levantamento planialtimétrico da rede coletora de esgotamento sanitário; Ordem de serviço e croqui de amarração de PV's;		R\$ 2,80 por/metro linear de rede	R\$ 49.936,71
	QUARENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REALS	S E SETENTA E UM CI	ENTAVOS

Malhador/SE, 06 de agosto de 2015

Floro Alves de Araújo Júnior CREA 2711591492 Engenheiro



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO
LICITAÇÃO: Pregão Presencial n°/20
OBJETO RESUMIDO : Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE.
Para fins de participação no Processo de Licitação acima descrito, a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu Representante Legal Srº, estado civil, profissão, portador da RG nº e do CPF nº, DECLARA :
 que tem conhecimento de todas as informações do processo de licitação mencionado, e que aceita e cumprirá fielmente todas as suas exigências;
 que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação no referido processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 que não possui em seu Quadro de Pessoal nenhum Servidor Público ou dirigente da Entidade Contratante responsável pela licitação; e
 que se compromete a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas.
// (data da abertura dos envelopes).
(identificação e assinatura do declarante).
paoritinagao o acciniciana do accidiantej.



ANEXO III		
LICITAÇÃO: Pregão Presencial n°/20		
OBJETO RESUMIDO: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE		
A empresa, CNPJ, estabelecida, por intermédio de seu representante legal Sr°(a), brasileiro(a) maior, capaz, endereço, estado civil, profissão, portador da RG n° e do CPF n°, DECLARA que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no Art. 3°, §4° da Lei Complementar 123/2006, fazendo jus ao regime diferenciado e favorecido estabelecido na referida Lei.		
//, (data da abertura dos envelopes).		
(identificação e assinatura do declarante).		





ANEXO V				
MODELO DE PROPOSTA				
		(Em papel timbra	do da licitante)	
Ao Pre	goeiro da Prefeitura Munici	pal de Malhador		
PREG	ÃO PRESENCIAL nº	20		
Prezad	0,			
Aprese	ntamos nossa proposta de pr	eço para a prestação dos	serviços, desta licitação.	
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE				
Item	Descri	ção	Valor d	o Serviço
			Valor Mensal	Valor Total
VALOF	R GLOBAL PROPOSTO: 00.0	000,00 ().	
O praz	o de validade de nossa propo	sta é de 60 (sessenta) dia	as contados de sua abertura.	
trabalh obrigaç	istas, previdenciários, fiscais,	comerciais, taxas, emolenatureza, fretes, seguro	umentos e quaisquer despe	todos os tributos, encargos sas operacionais, despesas e lespesas, inclusive lucro, que
	informação expressa de que rigações objeto da presente li			condições para cumprimento deste Edital e seus Anexos.
	Socialeço			
	} }	Estado		
CEP_	Tel/	Fax		
Banco		Agência	C/C	
Representante Legal: NomeCPF				
		Local, de	de 20	
		Assinatura do Rep	resentante Legal	



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO: Pregão Presencial n°/20
OBJETO RESUMIDO: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE
A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, estabelecida, por intermédio de seu(ua) representante legal Sr°(a), brasileiro(a), maior, capaz, estado civil, profissão, residente e domiciliado(a), portador(a) da RG n° e do CPF n°, DECLARA, em obediência ao Art. 4°, item VII, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigido no item 11.0 do edital do pregão presencial acima referido.
As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, quando for o caso:
Declaramos, outrossim, que possuímos restrição fiscal nos documentos de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, §1°, da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá nosso direito à contratação sujeitando-nos as sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.
Local e data.
Carimbo e assinatura do Representante Legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES		
LICITAÇÃO: Pregão Presencial n°/20 OBJETO RESUMIDO: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE		
A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, estabelecida, por intermédio de seu(ua) representante legal Srº(a), brasileiro(a), maior, capaz, residente e domiciliado(a), estado civil, profissão, portador(a) da RG nº e do CPF nº, DECLARA , para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com X, conforme o caso):		
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.		
(identificação e assinatura do declarante).		



ANEXO VIII		
MINUTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM E A EMPRESA, CONFORME ADIANTE.		
Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, reuniram-se, de um lado o MUNICÍPIO DE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0000-00, com sede administrativa na nº 00, Centro,/SE, CEP 00.000-000, aqui representado CPF nº, RG nº SSP/, residente e domiciliado(a), doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, representada pelo Srº, RG nº, e CPF nº, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a seguir:		
<u>CLÁUSULA PRIMEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL</u>		
1.1 - O presente contrato vincula-se às determinações das Leis 10.520/2002, 8.666/93 e LC 123/2006, as exigências e condições gerais do Edital da Licitação modalidade Pregão Presencial n°/20 e a proposta elaborada pela CONTRATADA , passando tais documentos, a fazerem parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.		
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO		
2.1 - Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços para de elaboração de O.S. (Ordem de serviços) do projeto básico do sistema de esgotamento sanitário para implantação de rede coleta de esgotos sanitários do Município de Malhador/SE		
CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO		
3.1 – O presente Contrato tem como valor total a importância de R\$		

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será efetuado quando da efetiva realização dos serviços mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 4.1.1 Ordem(ns)de Serviço;
 - 4.1.2 Nota(s) Fiscal(is) correspondente à(s) Ordem(ns) de Serviço, atestada e liquidada pela Prefeitura;
 - 4.1.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o INSS e o FGTS;
- 4.2 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município de Malhador efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria da Prefeitura.



- 4.3 A Prefeitura se reserva o direito de condicionar o pagamento à aprovação da qualidade técnica dos serviços, observadas as condições estabelecidas na Cláusula Oitava.
- 4.4 O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.
- 4.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso se encontre em situação irregular perante a Fazenda Pública ou em mora com suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINTA - FONTE DE RECURSO

5.1 – Os pagamentos serão efetuados com seguintes recursos financeiros: ------

CLAUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 - O preço proposto é fixo e irreajustável.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1 – O presente Contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2015

<u>CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</u>

- 8.1 A Autoridade Competente expedirá Ordem de Serviços e encaminhará a Contratada que deverá executar os serviço da seguinte forma:
 - a) Em todos os serviços e projetos deve ser empregada a respectiva terminologia e simbologia técnica. Sempre que houver norma técnica da ABNT estabelecendo simbologia e/ou convenções, estas devem ser utilizadas e indicadas através de legendas, notas e glossário apostas no caderno de encargos (completas) e plotadas nas plantas (no mínimo as utilizadas).
 - b) Todas as medidas e quantidades de serviços a serem executados serão, obrigatoriamente, conferidas pela contratada, correndo por sua exclusiva responsabilidade a aferição das mesmas.
 - c) Para assegurar a uniformidade, homogeneidade e qualidade visual, os elementos gráficos serão padronizados no que se refere ao formato das folhas de desenho, normas de escrita e simbologia, devendo ser observadas as determinação da ABNT a respeito.
 - d) As plantas serão plotadas em papel sulfite, com legendas e cotas plotadas, não sendo admitidas rasuras ou emendas. Deverão ser fornecidas 2 cópias.
 - e) Todas as plantas deverão conter as informações relativas à contratada, ao autor do projeto, informações das escalas utilizadas e a data da elaboração, devendo, ainda, ser deixado espaço para registro futuro de revisões, alterações etc.



- f) Os demais documentos serão apresentados, cada um deles, em dois jogos impressos em tamanho A4, encadernados.
- g) Caberá à contratada promover as alterações e complementações dos projetos e demais serviços objeto deste termo de referência, sempre que nestes forem constatados insuficiência técnica, erros e incorreções, correndo os seus custos, por conta exclusiva do Contratado.
- h) A Contratante poderá exigir o desenvolvimento de todos os detalhes que julgar convenientes para a perfeita caracterização do projeto.
- i) Tanto os desenhos como as especificações de cada um dos projetos complementares, deverão ser perfeitamente compatibilizados com aqueles correspondentes aos demais projetos.

CLAUSULA NONA – PENALIDADES

- 9.1 As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:
- 9.1.1 Advertência, no caso de atraso injustificado no início dos serviços;
- 9.1.2 Multa:
- 9.1.2.1 atraso injustificado na assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho;
- 9.1.2.2 recusa injustificada na assinatura o contrato, tendo sido convocado dentro do prazo legal;
- 9.1.2.3 descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato;
- 9.1.3 Multa;
- 9.1.3.1 desatendimento às condições estabelecidas neste Contrato;
- 9.4.1 Multa:
- 9.4.1.1 atraso injustificado na entrega da proposta reformulada;
- 9.4.1.2 não manutenção da proposta após a adjudicação e/ou contratação;
- 9.1.5 Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 05 (cinco) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, na hipótese de:
- 9.1.5.1 Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;
- 9.1.5.2 Não manutenção da proposta após a adjudiçação:
- 9.1.5.3 Comportamento inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- 9.1.5.4 Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- 9.1.5.5 Fraude na execução do Contrato;
- 9.1.5.6 Aplicação de advertência e/ou das multas estabelecidas neste contrato.
- 9.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública:
- 9.1.6.1- Apresentação de documentação falsa para participação no certame, conforme registrado em ata ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;



- 9.1.6.2 Aplicação de advertência ou das multas estabelecidas neste contrato.
- 9.2 A aplicação das penalidades admite os recursos estabelecidos na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 9.3 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações;
- 9.4 Poderá a **CONTRATANTE** convocar as demais licitantes na ordem de classificação para fornecer o objeto contratado, caso as licitantes aceitem as mesmas condições contratuais, inclusive quanto ao preço, da proposta classificada em primeiro lugar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de dotações orçamentárias, constantes do orçamento para o exercício financeiro de 2015, conforme abaixo:

00.00

00.000.0000
0000 00 00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, c/c o inciso XII, do artigo 55, do mesmo Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

12.1 – Dos encargos da CONTRATANTE:

- 12.1.1 permitir o acesso de funcionários da **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, para a entrega de notas fiscais/faturas e outros documentos;
- 12.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 12.1.3 impedir que terceiros executem os serviços objeto deste contrato;
- 12.1.4 efetuar os pagamentos devidos pela prestação de serviços, desde que cumpridas todas as exigências do contrato;
- 12.1.5 comunicar, oficialmente, à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas;
- 12.1.6 expedir as Ordens de Serviços e encaminhar a **CONTRATADA** em tempo hábil ao seu perfeito atendimento.
- 12.1.7 fiscalizar a execução e aplicar as penalidades estabelecidas neste contrato.

12.2 - Dos Encargos da CONTRATADA:

12.2.1 – Executar os serviços abaixo na forma e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e neste Contrato, observada sua proposta:

Item	Descrição	Valor do Serviço



	Valor Mensal	Valor Total

- 12.2.2 assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE.**
- 12.2.2.1- A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.
- 12.2.3 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1 Durante a vigência deste contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada por Servidores designados pela **CONTRATANTE**.
- 13.2 O Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
- 13.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 13.4 Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução deste Contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o a prestação dos serviços, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO

- 14.1 No interesse da Administração, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25%(vinte e cinco por cento), nos temos do Art. 65, §§1º e 2º, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 14.2 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite estabelecido.
- 14.3 As supressões acima do limite estabelecido, só poderão ser efetuadas mediante acordo celebrado entre as partes, conforme preceitua o Art. 65, §2°, II, da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

- 15.1 A rescisão contratual poderá ser:
- 15.1.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração;



- 15.1.2 amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para esta Administração Pública;
- 15.1.3 judicial nos termos da Legislação.
- 15.2 Constituem motivo para rescisão do contrato:
- 15.2.1 O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;
- 15.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais e especificações;
- 15.2.3 A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega total do objeto contratado.
- 15.2.4 A paralisação injustificada do serviço:
- 15.2.5 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- 15.2.6 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 15.2.7 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da licitante;
- 15.2.8 O atraso no pagamento das faturas devidas por mais de 30(trinta) dias consecutivos, posteriores ao seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

- 16.1 Para quaisquer ações decorrentes do presente Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Malhador/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.
- 16.2 E, por se acharem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** assinam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

	(SE),	
	CONTRATANTE	
	CONTRATADA	
Testemunhas:		

OBSERVAÇÃO: Este modelo de contrato será utilizado pelo Município de Malhador, para confecção dos Contratos originários deste Pregão Presencial.